

nós

Iniciativa pela
educação integral
em territórios amazônicos

REALIZAÇÃO



PARCEIROS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA:



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nós [livro eletrônico] : iniciativa pela
educação integral em territórios amazônicos /
organização Renata Montechiare , Amanda
Marqui. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87718-43-9

1. Comunidades tradicionais 2. Direito à
educação 3. Educação - Amazônia 4. Educação
integral I. Montechiare, Renata. II. Marqui,
Amanda.

23-170188

CDD-370.11709811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Educação 370.11709811
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Renata Montechiare e Amanda Marqui (orgs.)

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil

Diretora: *Rita Potyguara (Rita Gomes do Nascimento)*

Nós: Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos

REALIZAÇÃO

PORTICUS

Gerente de Programas *Anna Nascimento*

Gerente de Projetos *Isabela Milanezzi*

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil

Coordenadora *Renata Montechiare*

Coordenadora administrativa do projeto *Tatiana Maia*

Pesquisadoras *Amanda Marqui e Laise Diniz*

Consultora de monitoramento e avaliação *Alê Almeida*

Educomunicadoras *Tatiana Maia e Thais Moura*

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Coordenadora geral *Andressa Pellanda*

Coordenadora de programa e políticas *Marcele Frossard*

Centro de Referências em Educação Integral – CREI

Diretora Executiva *Natacha Costa*

Coordenadora Executiva Institucional *Paula Patrone*

Coordenadora de programas *Raiana Ribeiro*

Gestor do programa *Fernando Mendes*

Formadora *Ana Paula de Pietri*

Formadores do projeto *Bruno Marcelo de Souza Costa, Bruno Sizino da Silva Bezerra, Cleuza Repulho, Francisca Gardina dos Santos Lima, João Gabriel Nganga, Luana Maria Monteiro Campos*

Comunidade Educativa – CEDAC

Diretora-Presidente *Tereza Perez*

Diretores executivos *Patrícia Diaz, Ricardo Vilela e Roberta Panico*

Coordenadora *Renata Grinfeld*

Analista de gestão *Raquel Porangaba e Fernanda Martinelli*

Comunicadora *Carolina Glycério*

Formadores *Celice Oliveira, Maria Oliveira, Mel Kinker,*

Thais Ciardella, Wesley Lins, Ana Paula Pinheiro, Bergman Pereira,

Emanuelle Castro e Nathália Flores

Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef

Oficial de Educação *Matheus Rangel*

Designers *Vitor Reis e Gérome Ibri*

Fotografias *Antônio Caldas, Glauber Wiyampö Tiriyo,*

Karla Watkins e Pepyaká Krikati

Foto de capa *Karla Watkins*

Revisora *Carla Santos*

O projeto Nós – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos – trabalha para fortalecer o direito à educação contextualizada pública e de qualidade com foco em povos e comunidades tradicionais. Trabalhamos junto às secretarias estaduais e municipais de educação do ensino fundamental II e médio em 33 municípios do Amapá, Amazonas e Maranhão.

Durante os anos 2022 e 2023 enfrentamos, junto com as redes de educação, as dificuldades do retorno às aulas pós-pandemia, num contexto de incertezas sanitárias, políticas, ambientais e sociais. Aprendemos sobre os desafios da educação intercultural, reconhecendo os esforços e os avanços conquistados por meio do trabalho de docentes e gestores públicos. E dialogamos sobre educação integral: da ampliação do tempo de permanência nas escolas até a compreensão do estudante como um ser integral. Nesse sentido, a escola é o espaço central de trocas e aprendizagens nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

Trata-se de uma perspectiva de longo prazo, geracional, mas que já revela conexões importantes e ganhos processuais significativos, como veremos a seguir. As experiências relatadas aqui são exemplos da potência, inovação e responsabilidade dos profissionais da educação, especialmente quando estão envolvidos povos e comunidades tradicionais.

Esperamos que este breve registro siga nos inspirando e a outros tantos educadores, gestores, familiares e comunidades a fazer da escola um ambiente seguro, acolhedor e de aprendizagem permanente para todos que com ela convivem.

A Porticus, em parceria com a Comunidade Educativa CEDAC (CE-CEDAC), o Centro de Referências em Educação Integral (CREI), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, somou esforços para a constituição de um grupo de trabalho com parceiros que há décadas trabalham pela educação pública, gratuita e de qualidade no país. A Flacso Brasil orgulha-se de integrar este grupo que ousou pôr à prova seus métodos e conceitos de trabalho num contexto pouco explorado até então: a educação intercultural na Amazônia.

Como gestora pública e pesquisadora indígena do campo da educação, reconheço o esforço do diálogo e a disponibilidade de construção conjunta de políticas públicas para a educação de povos e comunidades tradicionais junto às escolas, secretarias municipais e estaduais de educação. Qualificar a educação ofertada a esses estudantes implica em abrir mão da história única e considerar os modos de vida amazônicos como garantidores da coerência e contextualização que a educação integral requer. É colocarmo-nos todos na condição de aprendizes do mundo, investigando horizontalmente os desafios e as soluções ao alcance dos envolvidos. Estamos certos de que essa caminhada agrega qualidade ao trabalho de todos, sem hierarquias entre implementadores e beneficiários, pesquisadores e pesquisados, povos amazônicos e de fora da Amazônia, dentre outros.

O Programa Nós, Iniciativa da Porticus pela Educação Integral em Territórios Amazônicos, possibilitou à Flacso Brasil reafirmar sua missão institucional de organismo internacional dedicado à pesquisa, formação e cooperação técnica para os direitos humanos e o desenvolvimento regional. Além disso, atualiza todo um campo de atuação congruente às agendas dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e do campo na Amazônia Legal pela educação intercultural e o enfrentamento ao racismo.

Ressaltamos a importância de fortalecer as organizações sociais e instâncias governamentais locais que atuam pela educação e inseri-las em debates que as atravessam, aproximando agentes de outras relações e nacionalidades atentos à defesa dos povos amazônicos e da biodiversidade e sustentabilidade dessa região.

Rita Potyguara
Diretora
Flacso Brasil

Apresentação

Estivemos com as populações amazônicas durante 18 meses de trabalho pela melhoria da qualidade da educação para crianças e adolescentes. Neste grupo, estiveram presentes estudantes, professores, coordenadores pedagógicos, dirigentes escolares, técnicos e gestores de secretarias municipais e estaduais do Amapá, Amazonas e Maranhão. Também tivemos a oportunidade de conhecer importantes lideranças comunitárias e de organizações sociais, além de familiares e responsáveis pelas crianças. Vimos o quanto todas essas pessoas dedicam seu tempo, sua inteligência e seu afeto para fazer da escola o melhor lugar que ela pode ser.

6

Nesta publicação, devolvemos aos territórios os nossos aprendizados, reconhecendo os desafios e as oportunidades que em 2022 e 2023 atravessaram o Nós – Iniciativa pela Educação Integral em Territórios Amazônicos. Dentre as várias experiências vivenciadas nos 33 municípios de nossa atuação, trazemos algumas como símbolos da riqueza cultural e educacional que a região proporciona aos seus estudantes.

Esperamos que juntos tenhamos lançado sementes.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Centro de Referências em Educação Integral – CREI
Comunidade Educativa CEDAC
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil
Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef
Porticus

Sumário

Apresentação	6
Sumário	7
Convite à leitura.....	11

PARTE I

O propósito do Nós 13

O que e por que fizemos?	14
Os parceiros nos territórios	15
Conceitos	16
Como a educação integral contextualizada contribui para a melhoria da educação de povos e comunidades tradicionais?	17
Ampliando a parceria	21

PARTE II

Aprendizados 22

Educação integral: Desafios e oportunidades	23
Dados gerais.....	24
Iniciativa Nós nos estados	28
Referencial curricular do Alto Solimões e projetos didáticos de leitura e escrita em escolas indígenas.....	29
Planejamento estratégico da Secretaria do Estado da Educação	32
Projeto didático: Mandioca Fonte de Energia e Vida.....	34
Fortalecimento Político dos Quilombos desenvolvido pela CONAQ/UNICQUITA.....	36
Projeto Piloto: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Barão de Grajaú, Alcântara, Maranhão.....	38

PARTE III

Visão de futuro 43

Perspectivas.....	44
Visão de futuro	45



Amazonas - Porto de Benjamin Constant - Crédito: Antônio Caldas



Amapá - Orla de Macapá - Crédito: Glauber Tiriyo



Maranhão - Quilombo da Liberdade - Crédito: Pepyaká Krikati

Convite à leitura

Este material reúne informações centrais sobre o que é a Iniciativa Nós, o que pretendemos e qual foi o trabalho realizado, entre 2022 e 2023, em 33 municípios do Amapá, Amazonas e Maranhão.

Iniciamos apresentando o mapa dos estados, sinalizando os territórios com os quais dialogamos sobre uma educação que contemple a diversidade de cada lugar. Em seguida, explicamos o que fizemos e por que fizemos esse trabalho em parceria com organizações sociais nacionais dedicadas à educação pública, somando esforços às diversas colaborações de pessoas e instituições que nos receberam nesta primeira entrada em campo. Para nós, trata-se de um caminho novo que se abriu para refletir sobre a educação integral, onde aprendemos e ensinamos muito.

Trouxemos para este material os depoimentos de alguns participantes, cujas experiências foram compartilhadas conosco, cada um em sua localidade, revelando descobertas sobre projetos didáticos, projeto político pedagógico, currículo territorializado, incidência política na educação e controle social por parte das organizações representativas de seus povos.

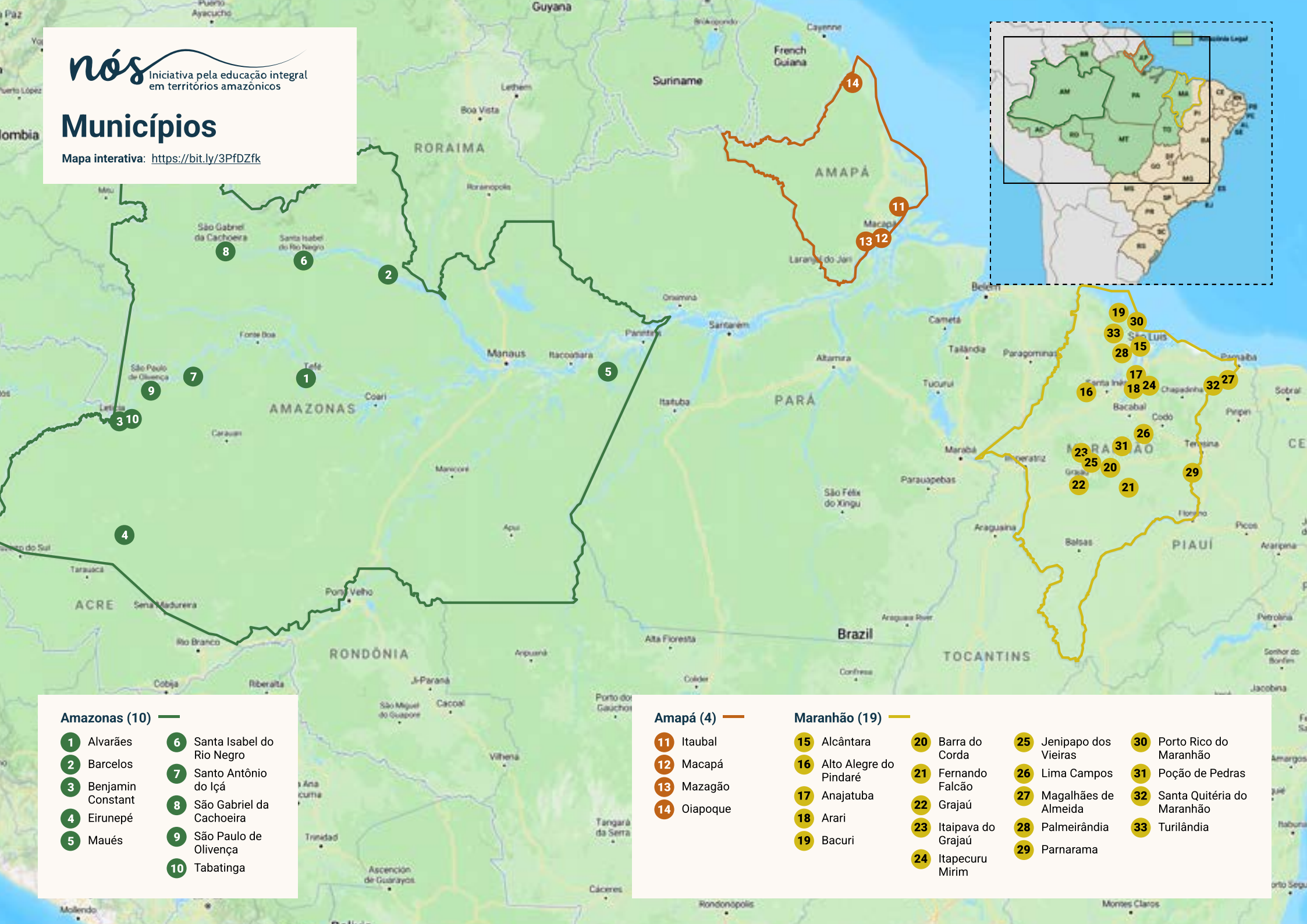
E encerramos com nossas perspectivas futuras, entendendo que os laços construídos seguirão gerando novas ideias, projetos e iniciativas, das quais queremos seguir fazendo parte.

Boa leitura!

nós Iniciativa pela educação integral em territórios amazônicos

Municípios

Mapa interativa: <https://bit.ly/3PfdZfk>



Amazonas (10)

- 1 Alvarães
- 2 Barcelos
- 3 Benjamin Constant
- 4 Eirunepé
- 5 Maués
- 6 Santa Isabel do Rio Negro
- 7 Santo Antônio do Itá
- 8 São Gabriel da Cachoeira
- 9 São Paulo de Olivença
- 10 Tabatinga

Amapá (4)

- 11 Itaubal
- 12 Macapá
- 13 Mazagão
- 14 Oiapoque

Maranhão (19)

- 15 Alcântara
- 16 Alto Alegre do Pindaré
- 17 Anajatuá
- 18 Arari
- 19 Bacuri
- 20 Barra do Corda
- 21 Fernando Falcão
- 22 Grajaú
- 23 Itaipava do Grajaú
- 24 Itapecuru Mirim
- 25 Jenipapo dos Vieiras
- 26 Lima Campos
- 27 Magalhães de Almeida
- 28 Palmeirândia
- 29 Parnarama
- 30 Porto Rico do Maranhão
- 31 Poção de Pedras
- 32 Santa Quitéria do Maranhão
- 33 Turilândia

PARTE I

O propósito do Nós



Benjamin Constant, AM - Fotógrafo - Antônio Caldas

O que e por que fizemos?

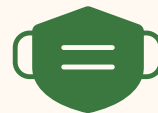
Nosso objetivo

A Iniciativa Nós trabalha para **fortalecer o direito à educação contextualizada pública e de qualidade com foco em povos e comunidades tradicionais**. Trabalhamos junto às secretarias estaduais e municipais de educação e escolas do ensino fundamental II e médio em 33 cidades do Amazonas, Amapá e Maranhão.

ABANDONO ESCOLAR

1M

Cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes **estão fora da escola**. A maioria se concentra na região Norte.



Durante a pandemia de **Covid-19**, a região Norte apresentou também as maiores taxas de abandono escolar da média nacional, que já era superior ao habitual em 2020.

EXCLUSÃO ESCOLAR



Estudo da UNICEF (2021) informa serem as crianças e adolescentes que vivem nas **áreas rurais** do Brasil as mais afetadas pela exclusão escolar.

ATRASO ESCOLAR

De acordo com o Censo Escolar de 2018, os mais afetados pelo atraso escolar no Brasil são negros e indígenas.



70%

das matrículas em distorção idade-série são de alunos **pretos e pardos**



41%

dos **indígenas** estão em distorção idade-série.

Os parceiros nos territórios

• Coordenação Geral

- Implementação estratégia
- Trajetórias de Sucesso Escolar
- Promoção da participação estudantil indígena, quilombola e do campo

PORTICUS

porticus.com



- Formação de gestores em educação integral
- Implementação dos plano estratégicos de gestão municipal
- Definição de diretrizes da política de educação integral

unicef

unicef.org/brazil



Centro de Referências em Educação Integral

educacaointegral.org.br



nós

CAMPANHA NACIONAL JOVENS & EDUCAÇÃO

campanha.org.br



comunidade educativa CEDAC

comunidadeeducativa.org.br



- Divulgação de informações sobre infâncias invisibilizadas
- Fortalecimento de grêmios e espaços de protagonismo juvenil
- Mapeamento de grupos religiosos para incidência em educação
- Fortalecimento dos Comitês Regionais

FLACSO BRASIL

flacso.org.br



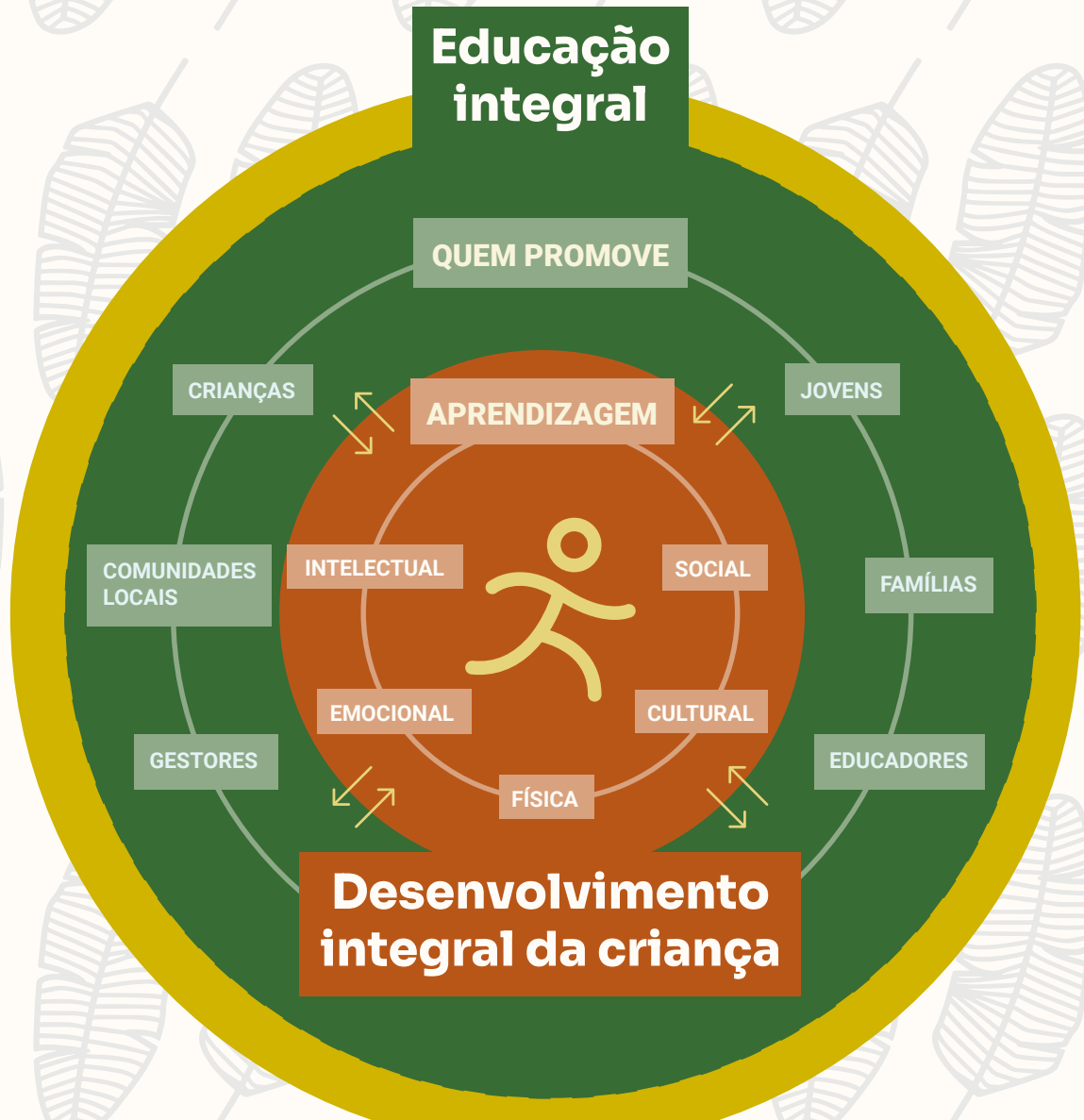
- Formação pedagógica de professoras e coordenadoras pedagógicas dos anos finais do Ensino Fundamental
- Escrita coletiva do Referencial de Projetos Didáticos, com foco na compreensão leitora e escrita em contexto

- Monitoramento e avaliação
- Produção de conhecimento
- Educomunicação

15

Conceitos

16



COMUNITÁRIA

BILÍNGUE
MULTILÍNGUE

**Educação para
povos e comunidades
tradicionais**

CONTEXTUALIZADA

INTERCULTURAL

ESPECÍFICA

DIFERENCIADA

Como a educação integral contextualizada contribui para a melhoria da educação de povos e comunidades tradicionais?

17

Educação Integral é uma proposta para a formação de crianças e adolescentes críticos, autônomos e responsáveis, conscientes da sua trajetória individual e da sociedade que os envolve. Trata-se de um movimento que necessita de todos envolvidos e interessados no desenvolvimento dos estudantes, não apenas professores e familiares. A comunidade, a vida local, as instituições, o poder público e os próprios estudantes são fundamentais para uma escola inclusiva e equânime. Isso significa reconhecer e valorizar singularidades e identidades das crianças e adolescentes, garantindo o direito a aprender a conviver com quem é diferente, a conhecer novas linguagens, a circular pelos espaços dentro e fora da escola. Tudo isso para uma formação integral como sujeito. A escola é a porta de entrada para o acesso a direitos básicos, não apenas na educação, mas também na saúde, assistência social, cultura, esporte.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais os define como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais. São aqueles que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

A educação ofertada aos povos indígenas, quilombolas e do campo têm especificidades legais que devem ser consultadas pelos gestores educacionais e dirigentes escolares. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, instituiu diretrizes para a educação dessas populações: Resolução CNE/CEB nº 05/2012, que trata das diretrizes da educação escolar indígena; Resolução CNE/CEB nº 08/2012, sobre as diretrizes da educação escolar quilombola; e a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e nº 02/2008, que tratam das diretrizes para a educação básica nas escolas do campo. Estas normativas asseguram a oferta de educação de qualidade, consciente das necessidades próprias dessas populações.

A Iniciativa Nós dedicou-se ao trabalho conjunto com secretarias estaduais e municipais de educação, escolas, organizações sociais e comunidades – com foco na educação integral para crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais – e encontrou a diversidade de experiências e soluções que os territórios amazônicos aportam à educação brasileira.

Os dados da população em idade escolar, entre 4 e 17 anos, revelam a centralidade de concentrar esforços nas políticas educacionais, pois as crianças e os adolescentes representam cerca da metade da população em cada estado – Maranhão: 41%; Amapá: 50%; Amazonas: 57%. Não bastasse o volume, os dados anteriores à pandemia no Amazonas, por exemplo, já indicavam que metade das crianças entre 6 e 14 anos estava fora da escola (50,94%).

A distorção idade-série é outro tema preocupante na região. Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio registram as maiores taxas desta distorção nos três estados, em torno de 40%. Os dados, no entanto, evidenciam que o problema de distorção inicia cedo e cresce a cada etapa escolar, alcançando quase a metade dos estudantes no ensino médio.

Não fosse a exigência preeminente de intervenção e suporte às redes de educação, a pandemia de Covid-19 trouxe o agravamento dos desafios, enfatizando a centralidade da escola nos processos de aprendizagem e socialização de crianças, adolescentes e adultos. Com a suspensão das aulas presenciais por cerca de dois anos, a preocupação com a perda de aprendizagem resultou na retomada das aulas em situações sanitárias, econômicas, políticas e sociais vulneráveis, com pouca margem para um planejamento adequado. Após os anos mais críticos da pandemia, a fragilidade dos contratos temporários dos docentes do campo tornou-se um obstáculo a mais para a boa acolhida necessária a todos. Poucas garantias foram oferecidas aos gestores, docentes, estudantes e seus familiares.

Ainda assim, a reabertura das escolas trouxe de volta os encontros, a diversidade e a troca de ideias. Permitiu aos estudantes reconhecerem-se novamente em seus grupos culturais, valorizando a escola como espaço principal de sociabilidade e integração comunitária. Durante a pandemia, outros aprendizados foram construídos entre estudantes, famílias e comunidade. Neste período, todos reconhecemos a necessidade dos profissionais de educação de conhecerem melhor os modos de vida dos estudantes, fosse para manter o contato durante o tempo de interrupção das aulas presenciais, fosse para a busca ativa na volta à escola. Toda esta experiência tem sido material de reflexão e ação para tornar a escola mais próxima das famílias e das comunidades, promovendo a educação integral efetivamente.

Nos 33 municípios de atuação da Iniciativa Nós, verificamos a presença de povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas, que historicamente enfrentam os efeitos da ocupação externa e irregular de suas terras, além de racismo, preconceitos e opressões das mais diversas. É urgente garantir o direito à educação contextualizada, pública e de qualidade para essas populações que são mais afetadas pelas desigualdades educacionais. Além do mais, suas práticas pedagógicas, iniciativas e projetos são criativos, inovadores e inspiradores para escolas de todo o país, sejam do campo ou da cidade.

Se a educação integral se assume como propulsora de pensamento crítico, quando alinhada à perspectiva das crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, ela ganha um encargo extra: atuar no enfrentamento ao racismo. Assim, a abordagem étnico-racial atravessa a educação amazônica nos quilombos e nas terras indígenas, mas também nas áreas urbanas, dando contorno e potência ao trabalho já realizado nos territórios.

20



Alcântara, MA - Crédito: Karla Watkins (Em memória)

Ampliando a parceria

21



PARTE II

Aprendizados



Tabatinga, AM - Crédito: Antônio Caldas

Educação integral

Desafios

Oportunidades



Carreira docente

Incidência política para concurso público específico para educação de povos e comunidades tradicionais

Formação continuada para docentes de salas multisseriadas

Valorização profissional



Alto risco de exclusão

Melhoria na **qualidade do ambiente escolar**

Protagonismo estudantil

Educação antirracista

Educação intercultural para crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais



Integração comunitária

Currículo contextualizado

Incidência política para melhoria da qualidade da educação

Horizontalidade dos saberes



Gestão educacional

Planejamento estratégico

Projeto político pedagógico

Gestão **democrática**

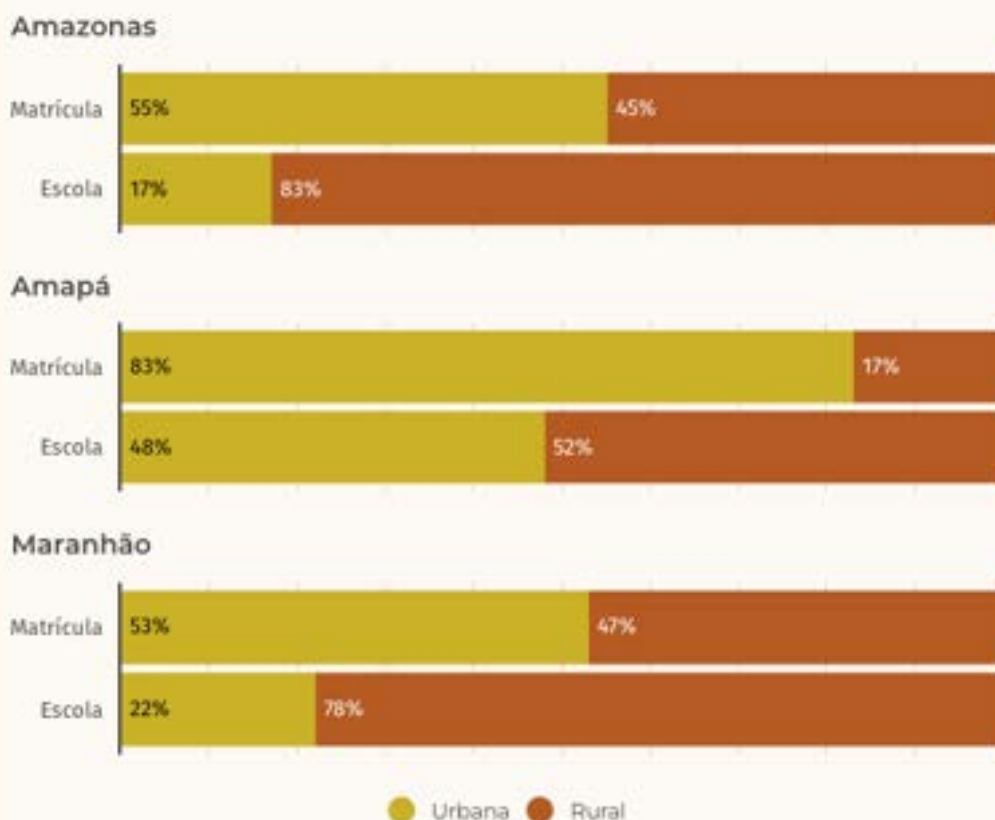
Dados gerais

Ao longo da jornada do Nós, trabalhamos e aprendemos em conjunto com professores, coordenadores pedagógicos, técnicos e dirigentes das secretarias municipais e estaduais de educação no intuito de fomentar a educação contextualizada, pública e de qualidade, de povos e comunidades tradicionais. Além disso, desenvolvemos pesquisas a partir dos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020) e questionários com os participantes da formação da CE-CEDAC para aprofundar nossos conhecimentos sobre a oferta e atendimento do ensino fundamental e ensino médio nos 33 municípios do Amazonas, Amapá e Maranhão que integraram a Iniciativa Nós.

24

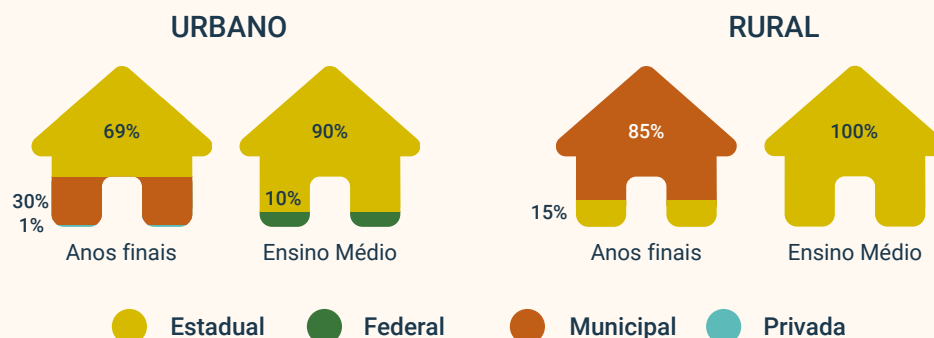
1. Matrículas e escolas

Os dados de matrículas e escolas identificam onde há prédios escolares e a localização de matrícula, resultando no perfil do atendimento escolar nos estados.

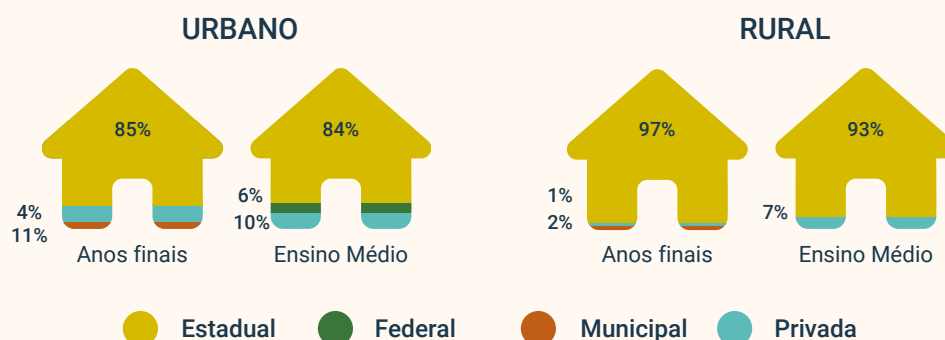


2.Oferta de escolas por nível de ensino, localização e dependência administrativa

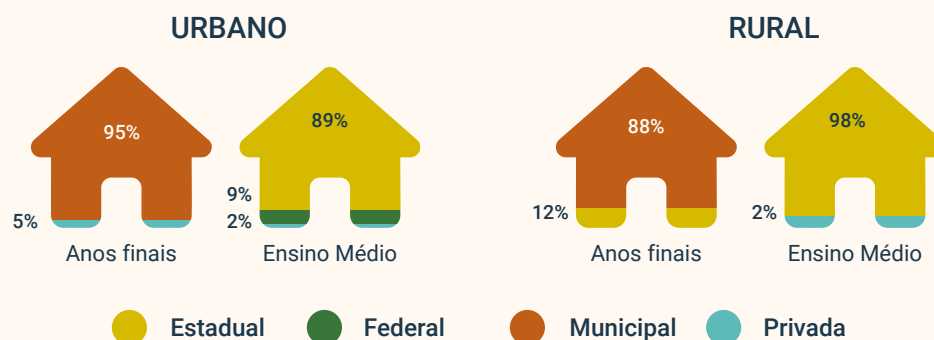
Amazonas As matrículas na zona rural indicam que a oferta nos anos finais do ensino fundamental está majoritariamente na rede municipal. No ensino médio as matrículas estão na rede estadual.



Amapá As matrículas do ensino fundamental e médio da zona urbana e rural estão na rede estadual.

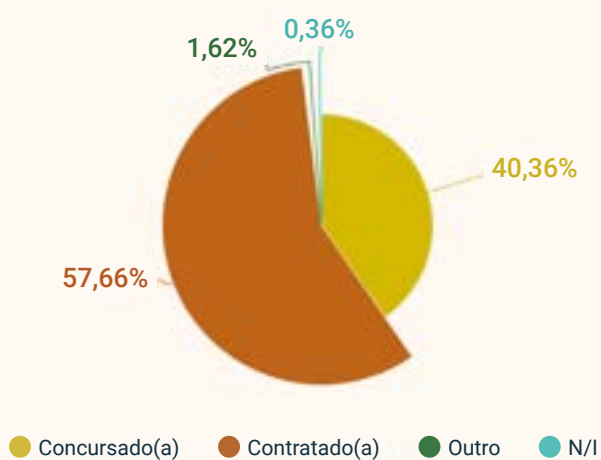


Maranhão As matrículas no ensino fundamental estão concentradas na rede municipal. A rede estadual atende quase exclusivamente o ensino médio.

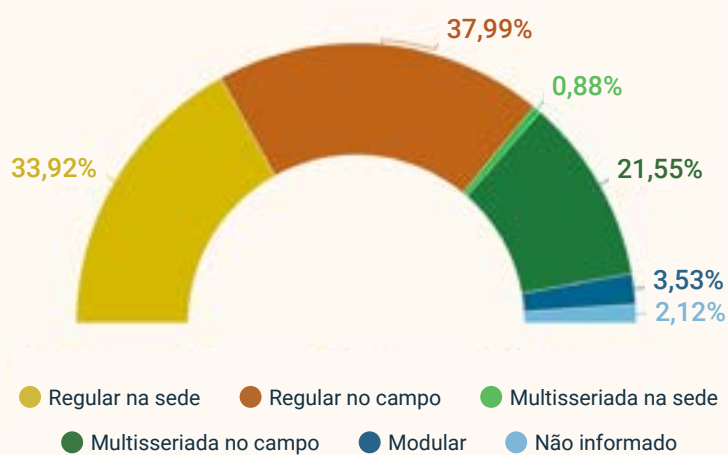


3. O que dizem os docentes?

TIPO DE VÍNCULO



TIPO DE ESCOLA QUE ATUA



DEMANDA POR MATERIAL DIDÁTICO



O trabalho com diferentes agentes e profissionais de educação possibilitou compreender a importância da escuta para diagnóstico e desenho/orientação metodológica das atividades formativas. Para registrar e sistematizar os aprendizados do Nós foram realizadas entrevistas com professores, coordenadores pedagógicos e técnicos das redes municipais e estaduais de Educação com intuito de conhecer algumas práticas educativas, em desenvolvimento, com povos e comunidades tradicionais nos territórios amazônicos.

Estes profissionais afirmaram que o Nós foi a primeira formação, com uma metodologia participativa e assertiva, para sua atuação docente e nas secretarias de educação. Em alguns casos, foi a primeira vez que participaram de uma formação contextualizada para povos e comunidades tradicionais. A perspectiva sobre a equidade educacional contribuiu para compreender que as políticas de educação integral também são destinadas às crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais.

O que é **metodologia participativa e assertiva** ?

Conduzir uma ação ou projeto com método participativo e assertivo envolve convidar todos os envolvidos a contribuir ativamente do início ao fim, em todas as etapas. Este processo deve ser comunicado de forma clara, direta e respeitosa, de modo a acolher argumentos, mediar oposições e encontrar soluções conciliatórias e adequadas à atividade.



Iniciativa Nós nos estados



Alcântara, MA - Crédito: Karla Watkins (Em memória)



Tabatinga - Crédito: Antônio Caldas

📍 Amazonas — Tabatinga e Benjamin Constant, Alto Solimões

Referencial curricular do Alto Solimões e projetos didáticos de leitura e escrita em escolas indígenas

Parceiros

Centro de Referências em Educação Integral – CREI, Comunidade Educativa CEDAC, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME Seccional Amazonas e Fórum de Gestores e Prefeitos da Região do Alto Solimões – FORGIPE

O Alto Solimões é uma região localizada na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins são os municípios que compõem a região do lado brasileiro. Tabatinga é o maior deles, com mais de 66 mil pessoas (Censo 2022) e concentra a maior população indígena do país, o povo Tikuna. A comunidade Umuriaçu do povo Tikuna está localizada na área urbana do município. Tabatinga faz fronteira com a cidade de Letícia, por meio da avenida da Amizade, na Colômbia, e com a ilha de Santa Rosa de Javari, no Peru.

Em Benjamin Constant há comunidades ribeirinhas e indígenas e é a entrada do Vale do Javari, local onde há povos indígenas isolados e uma grande diversidade social, linguística e cultural.

“

Glaucelane Coelho

Coordenadora de educação escolar indígena na Secretaria Municipal de Educação de Tabatinga/AM.



Crédito: Antônio Caldas

A formação sobre educação integral nos permitiu o conhecimento das diretrizes e políticas sobre o tema, considerando o contexto do município de Tabatinga, onde há comunidades indígenas e ribeirinhas. A demanda das comunidades indígenas é a garantia da equidade educacional por meio de uma educação escolar de qualidade e próxima da realidade dos estudantes. Assim, entendemos que a escola não deve se restringir apenas à leitura e à escrita, ela deve fomentar espaços de aprendizagem relacionados aos princípios da comunidade, do povo, da cultura e dos territórios.

As atividades de formação realizadas em Tabatinga proporcionaram uma troca de experiências entre os municípios que participaram e a possibilidade de pensar a elaboração de um currículo territorializado para o Alto Solimões. A ideia é produzir um Referencial Curricular do Alto Solimões – RCAS – que atenda às necessidades e especificidades de nossos territórios. Uma ideia que, finalmente, caminha para se realizar.

A formação em projetos didáticos contribuiu para que os professores fossem incentivados a refletir sobre processos pedagógicos em outros espaços, como a vivência comunitária, valorizando os conhecimentos prévios e o protagonismo dos estudantes.

”

“

Luzanira Hilário

Indígena do povo Kokama, Mestranda em Letras: Linguagem e Identidade, pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Assessora pedagógica na Secretaria Municipal de Benjamin Constant – AM.



Crédito: Antônio Caldas

O planejamento estratégico, realizado em parceria com o Nós, possibilitou reorganizar as estratégias de educação para o município, especialmente para a educação escolar indígena. A partir da orientação e formação sobre educação integral, foi possível refletir sobre a equidade educacional dentro das Terras Indígenas Kokama e Tikuna do nosso município. Consideramos importante fortalecer a educação nestes contextos por meio da valorização da diversidade, da preservação, dos saberes, conhecimentos, crenças dos povos da região.

O projeto didático deu voz aos estudantes e fortaleceu os saberes, vivências e outros conhecimentos no ambiente escolar. Com isso, os estudantes apresentaram as riquezas locais de seus saberes tradicionais. É importante considerar o aumento das dificuldades de leitura e escrita nos anos finais do ensino fundamental no contexto da pandemia e reabertura das escolas. Por meio do projeto didático foi realizado um detalhamento destas turmas considerando as dificuldades de escrita e leitura para desenvolver atividades focadas na alfabetização nos anos finais. Assim, os projetos didáticos buscaram atender a demanda de alfabetização em nossas escolas.

31

”



Amapá - Crédito: Glauber Tiryó

📍 Amapá — Macapá

Planejamento estratégico da Secretaria do Estado da Educação

Parceiro
Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Macapá é a única capital integrante do projeto nos três estados de atuação do Nós. A adesão se justifica por suas escolas localizarem-se em áreas urbanas e rurais, em arquipélagos e comunidades quilombolas. Há 24 escolas em comunidades rurais de Macapá, nos distritos do Bailique, Pacuí, Tessalônica, Pedreira, Carapanatuba, Maruanum, Campina Grande e Curralinho.

“

Antônia Costa Andrade

Secretária Adjunta da SEED.
Professora da Universidade Federal do Amapá.
Coordenadora do Comitê Regional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Crédito: Glauber Tiryó

Considerando as especificidades dos territórios do Amapá, é preciso tratar da política de financiamento da educação como a proposta do custo-aluno-amazônico, inspirada no conceito custo aluno qualidade inicial da Campanha. É uma estimativa do custeio dos estudantes na Amazônia para garantia de uma educação de qualidade, levando em conta as questões logísticas, o transporte fluvial e a sazonalidade. A articulação da Campanha com a Secretaria de Educação tem como intuito implementar o projeto EUETU – Grêmios e Coletivos Estudantis no Estado e estamos planejando uma atividade no 2º semestre de 2023 para o lançamento do projeto.

Minha atuação como professora, pesquisadora e coordenadora do Comitê Regional da Campanha é a defesa do direito à educação pública e de qualidade. O convite para compor a equipe da Secretaria de Educação é uma oportunidade de contribuir, com minha trajetória na implementação de políticas públicas, por meio de um planejamento estratégico e participativo das diversas populações do Amapá. A escuta e consulta dos povos do campo, das águas e das florestas, para elaboração de um planejamento estratégico do Amapá é fundamental para compreender as demandas e especificidades das comunidades rurais e subsidiar o diagnóstico da educação do campo, indígena e quilombola do estado.

”



Crédito: Claubert Costa de Sena

📍 Amapá — Macapá rural — Distrito São Benedito do Pacuí —
Escola Estadual José Oliveira Coelho

Projeto didático: Mandioca Fonte de Energia e Vida

Parceiro
Comunidade Educativa CEDAC

O Distrito de São Benedito do Pacuí está localizado na zona rural de Macapá, a aproximadamente 140 km da sede do município. A comunidade é formada por famílias agricultoras com produções variadas. Uma delas, a mandioca, é um alimento de destaque pela sua importância cultural e socioeconômica para as famílias da comunidade.

“

Márcia Rodrigues

Coordenadora pedagógica da Escola Estadual José Oliveira Coelho.



Crédito: Glauber Tiryó

A iniciativa buscou valorizar, por meio de atividades de campo e em sala, os saberes e práticas comunitárias sobre o cultivo da mandioca com os estudantes, a equipe escolar e as famílias. Foi realizada uma visita às roças, onde os alunos observaram o cultivo, elaboraram um questionário para coleta de dados e entrevistaram pessoas da escola e de famílias que vivem na comunidade. Os conhecimentos sobre a mandioca, produzidos durante a atividade, valorizaram o trabalho das famílias e os saberes da comunidade. O projeto demonstrou que a identidade e cultura da comunidade são aspectos importantes para o desenvolvimento integral de crianças e jovens do campo.

A elaboração do projeto didático contou com a orientação dos formadores do CEDAC, possibilitou multiplicar os conhecimentos adquiridos para os professores da minha escola e envolveu toda a comunidade escolar. No encerramento, organizamos uma feira de exposição sobre a mandioca. Em 2023, o projeto foi desenvolvido em outros componentes curriculares e, com isso, foi possível aprofundar os aprendizados e demonstrar a importância da mandioca na vida da comunidade.

”



Quilombo da Liberdade - São Luis do Maranhão - Crédito: Pepyaká Krikati

📍 Maranhão — São Luís

Fortalecimento Político dos Quilombos desenvolvido pela CONAQ/UNICQUITA

Parceiros

Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef,
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
– CONAQ e União das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas de Itapecuru Mirim – UNICQUITA

Historicamente, os quilombos no Maranhão estão presentes nos territórios do entorno de São Luís e municípios do interior do estado, habitando as áreas próximas aos rios e riachos. Nos anos 1970 e 1980, o movimento das comunidades rurais negras começou a se organizar, identificando conflitos agrários e realizando encontros que resultaram num forte laço identificador na região. Atualmente, as comunidades enfrentam ameaças e violências, especialmente nas áreas próximas ao avanço do agronegócio. O racismo estrutural, intrínseco às relações entre Estado e sociedade, aponta a demanda por mediação de conflitos e diálogo, tendo a escola papel central.

“

Lilian Mendes

Educadora popular e ativista da CONAQ/UNICQUITA.



Crédito: Pepyaká Krikati

As escolas quilombolas precisam ser um espaço onde a comunidade e o território estejam presentes, fortalecendo o pertencimento e a nossa cultura ancestral. A parceria com o Unicef, através da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar – TSE, realizou um diagnóstico, por meio de oficinas de escuta nas comunidades quilombolas da região de Itapecuru Mirim e um seminário de boas práticas, em São Luís, que reuniu educadores, famílias e estudantes quilombolas para a reflexão sobre os desafios para a implementação das Diretrizes Estaduais de Educação Quilombola. Estas atividades contribuíram para dar visibilidade às nossas pautas na Secretaria Estadual de Educação, como os conflitos com a gestão escolar nos municípios, a interrupção dos contratos de professores quilombolas em suas comunidades e o fechamento de escolas quilombolas.

O movimento quilombola no Maranhão tem uma longa história de luta e de organização política. A construção de um lugar de fala e o processo de institucionalização, por meio de associações e organizações, contribuem para o fortalecimento político das comunidades quilombolas no estado. Na área da educação, nosso princípio é construir uma educação do ponto de vista quilombola, ou seja, levando em conta a identidade, os territórios e as especificidades das comunidades. Neste sentido, as atividades com o Unicef puderam fortalecer os territórios e as pessoas na nossa luta pela educação escolar quilombola.

”



Crédito: Karla Watkins (Em memória)

📍 Maranhão – Alcântara

Projeto Piloto: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Barão de Grajaú, Alcântara, Maranhão

Parceiro

Centro de Referências em Educação Integral e Comunidade Educativa CEDAC

Alcântara está localizada na região metropolitana de São Luís e é o município brasileiro com o maior número de comunidades quilombolas do Brasil. De acordo com o Censo do IBGE de 2022, Alcântara tem uma proporção de 84,6% de quilombolas na população total do município, sendo considerado um caso de destaque no cenário nacional. A Escola Municipal Barão de Grajaú está localizada no povoado de Cajueiro, a 12 quilômetros da sede do município e atende estudantes do ensino fundamental de outras comunidades quilombolas.

Ao longo do primeiro ano de atividades do Nós, os parceiros CREI e CE-CEDAC indagaram sobre como incidir nas políticas educacionais considerando o racismo estrutural e contexto do retorno das aulas pós-pandemia. Dentro dos municípios da abrangência do

Nós, Alcântara seria uma possibilidade de realizar uma atividade disruptiva pela representatividade das comunidades quilombolas. A comunidade escolar da Escola Municipal Barão de Grajaú, bem como representantes da Semed articularam em conjunto com os parceiros uma proposta de revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Barão de Grajaú.

A revisão do PPP seguiu uma trilha metodológica com atividades de escuta, elaboração de consulta lúdica e sistematização dos sonhos da comunidade escolar. Tornou-se um trabalho inspirador para toda a rede, com ênfase na garantia de direitos, relativos à educação escolar quilombola, alinhados aos princípios da educação integral. O foco esteve na construção de políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias, considerando temas como território, identidade, sustentabilidade e equidade.

O processo de revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Barão do Grajaú tem sido uma referência para a SEMED. O registro desta trajetória resultará em um material a ser compartilhado com a comunidade e demais escolas do território em um evento de culminância. A ideia é celebrar “o sonho se tornando realidade” e mostrar que “sonho que se sonha junto é mais fácil realizar”.



Alcântara, MA - Crédito: Karla Watkins (Em memória)

“

Rita de Cássia Silva

Professora e atual coordenadora da educação quilombola da Secretaria Municipal de Educação.



Crédito: Karla Watkins (Em memória)

A metodologia de revisão do PPP com a participação de alunos, comunidade e professores para pensar sobre “Qual escola queremos?” foi um momento importante de escuta de todos envolvidos na escola. A elaboração do PPP aproximou a escola da realidade vivida pela comunidade. A proposta é tornar este documento uma prática dentro da sala de aula e inspirar outras escolas na rede, agora que estou como coordenadora da SEMED.

“A parceria com a Iniciativa Nós ensinou que as atividades realizadas com a comunidade precisam ser contínuas. Quando a gente abraça a comunidade com um objetivo parece que dá luz, dá um incentivo, parece que dá para visualizar que estamos no caminho certo, dá sustentabilidade para que a história continue, para que esses trabalhos sejam multiplicados”.

”

“

Raimundo Remédios

Diretor desde 2014 na Escola Municipal Barão de Grajaú.



Crédito: Karla Watkins (Em memória)

Nasci e cresci na comunidade Cajueiro, meus avós são das famílias fundadoras do povoado. Estudei aqui e na sede do município, e sempre tive o sonho de trabalhar na educação no meu povoado. Assumi as salas de aula como professor com 18 anos e desde então atuo na escola de Cajueiro. Há dez anos sou diretor da escola Barão de Grajaú que atende nosso povo e outras comunidades quilombolas. Atualmente nossa escola é uma referência em Alcântara.

“O Projeto Político Pedagógico, além de ser a cara do município e da comunidade, ele é um caminho. O PPP é importante porque contempla vários outros aspectos para que tenhamos um norte, uma matriz curricular orientada para projetos a serem realizados periodicamente e que estimulem os alunos a estudarem e a comunidade a participar”.

”

“

Fernando Mendes

Gestor do programa Centro de Referências em Educação Integral e formador no projeto piloto.



Crédito: Ingrid Matuoka

A implementação do projeto piloto foi uma oportunidade de reconectar-me com minha ancestralidade e com a história dos povos negros que vieram escravizados para o Brasil, e que seguem lutando em prol da liberdade e da garantia de direito à existência. Tudo isso por meio da escuta, da observação e criação de vínculos com os professores, estudantes e famílias da comunidade de Cajueiro. O acolhimento, a troca, o respeito e a confiança de todos envolvidos no projeto fortaleceu a comunidade e mostrou a relevância da política pública construída de modo participativo e engajado.

”



PARTE III

Visão de futuro

Perspectivas

A Iniciativa Nós em territórios amazônicos significou a transformação na forma de ver o mundo de ao menos seis organizações nacionais e internacionais atuantes no campo da educação brasileira nas últimas décadas. Porticus, Unicef, CE-CEDAC, CREI, Flacso Brasil e Campanha hoje têm atuações cada vez mais comprometidas com as singularidades dos povos da Amazônia Legal. Uma vez visto, não há como “desver”.

Em outra frente, os povos e comunidades tradicionais latino-americanos têm, a cada dia, mais espaço e visibilidade, fruto de suas lutas históricas por reconhecimento, respeito e direitos. Há um longo percurso a ser trilhado, porque as violações são permanentes e impactam na vida cotidiana de crianças e adolescentes a caminho da escola.

O trabalho desenvolvido até aqui é apenas o início da nossa parceria que, apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, alcançou conexão real com os participantes que estiveram presentes nos encontros, formações, seminários, reuniões e demais atividades presenciais e à distância que o Nós promoveu.

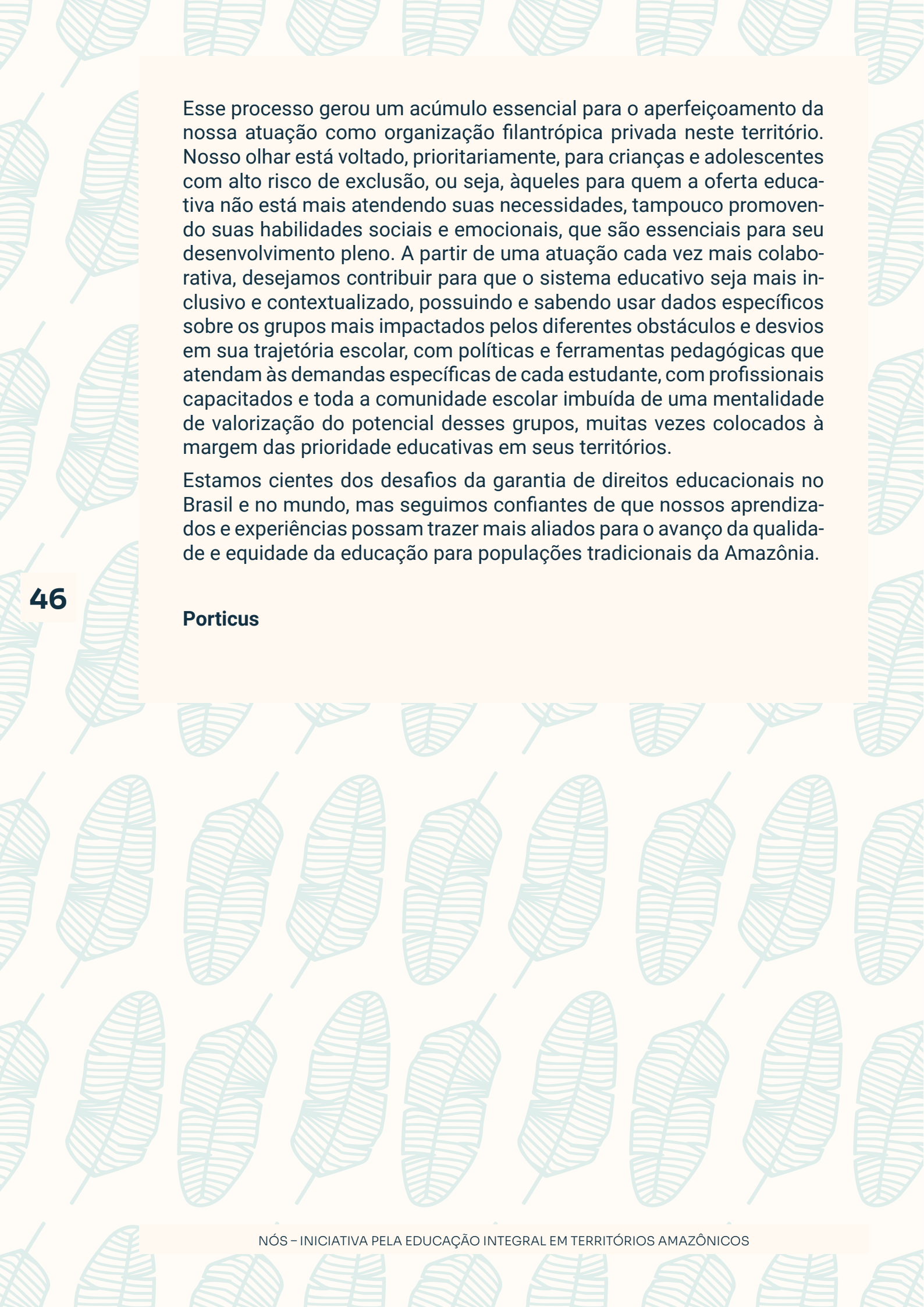
Juntos compreendemos tratar-se de uma efetiva parceria: uns aportam qualificação técnica, crítica e atualizada em projetos didáticos, projeto político pedagógico, gestão democrática, educação integral, participação e controle social, estudantil e comunitário; enquanto outros enxergam e ensinam com clareza sobre modos de vida, soluções locais criativas, inovação e tecnologia social, histórico de conquista de direitos, contextos políticos, econômicos, sociais e culturais diversos. Saímos todos fortalecidos para seguirmos adiante, defendendo a escola e a educação atenta a apoiar os estudantes a tornarem-se quem eles desejam ser, de forma integral.

Melhorar a qualidade da educação de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais amazônicos é a meta e, para tanto, será necessário muito empenho de todos Nós.

Visão de futuro

45 De que maneira podemos contribuir para a promoção de uma educação que priorize o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de adversidade extrema, gerando uma mudança sistêmica? Foi com esta pergunta que nós, da Porticus na América Latina, iniciamos nosso trabalho, no final de 2019, na construção da Iniciativa Nós junto com organizações parceiras. A partir de uma análise aprofundada de dados e experiências, entendemos que nosso foco deveria ser a promoção de uma educação integral, com equidade em territórios amazônicos, especialmente para crianças e adolescentes de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e do campo), em uma atuação multinível, com ações junto a estudantes, professores, gestores escolares, gestores municipais e gestores estaduais de educação.

Aprendemos muito durante esta jornada junto a 33 municípios do Amapá, Amazonas e Maranhão. Entendemos que a definição do que é educação de qualidade para comunidades tradicionais deve ser construída por esses grupos. Que educação e desenvolvimento sustentável da Amazônia são conceitos que devem andar sempre juntos. Que os desafios vividos por crianças e adolescentes amazônicas são múltiplos e devem ser endereçados de maneira intersetorial, contextualizada e colaborativa. Sabemos que a Amazônia e sua população possuem uma potência pouco valorizada, nacional e internacionalmente, com saberes, ritmos e cosmovisões próprios que devem fazer parte de todo e qualquer processo educativo oferecido neste território. E claro que esses saberes devem servir de inspiração para a construção de uma educação integral e de qualidade para todas as crianças.



Esse processo gerou um acúmulo essencial para o aperfeiçoamento da nossa atuação como organização filantrópica privada neste território. Nosso olhar está voltado, prioritariamente, para crianças e adolescentes com alto risco de exclusão, ou seja, àqueles para quem a oferta educativa não está mais atendendo suas necessidades, tampouco promovendo suas habilidades sociais e emocionais, que são essenciais para seu desenvolvimento pleno. A partir de uma atuação cada vez mais colaborativa, desejamos contribuir para que o sistema educativo seja mais inclusivo e contextualizado, possuindo e sabendo usar dados específicos sobre os grupos mais impactados pelos diferentes obstáculos e desvios em sua trajetória escolar, com políticas e ferramentas pedagógicas que atendam às demandas específicas de cada estudante, com profissionais capacitados e toda a comunidade escolar imbuída de uma mentalidade de valorização do potencial desses grupos, muitas vezes colocados à margem das prioridades educativas em seus territórios.

Estamos cientes dos desafios da garantia de direitos educacionais no Brasil e no mundo, mas seguimos confiantes de que nossos aprendizados e experiências possam trazer mais aliados para o avanço da qualidade e equidade da educação para populações tradicionais da Amazônia.

46

Porticus

Até breve !



Crédito: Karla Watkins (Em memória)

nós

Iniciativa pela educação integral em territórios amazônicos

PORTICUS



CAMPANHA
NACIONAL DE DIREITO À
EDUCAÇÃO

REALIZAÇÃO

PARCEIROS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA:

